



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMPUS AVANÇADO DE PATU  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS  
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**ZAIRA KATHRYNE DE ARAÚJO ALVES**

**A QUEBRA DO SILÊNCIO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS  
SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO DOCUMENTÁRIO *SE  
VOCÊ CONTA***

**PATU-RN  
2024**

**ZAIRA KATHRYNE DE ARAÚJO ALVES**

**A QUEBRA DO SILÊNCIO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS  
SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO DOCUMENTÁRIO SE  
VOCÊ CONTAR**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Patu – CAP, Departamento de Letras-Língua Portuguesa, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e respectivas Literaturas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Luciana Fernandes Nery  
Linha de Pesquisa: Discursos, Feminismos e Mídias digitais.

**PATU - RN  
2024**

© Todos os direitos estão reservados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e referenciados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

A474q Alves, Zaira Kathryne de Araújo  
A quebra do silêncio: uma análise dos discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário Se você contar. / Zaira Kathryne de Araújo Alves. -Patu, 2024.  
53p.

Orientador(a): Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery.  
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Discurso. 2. Violência sexual infantil. 3. Confissão.  
4. Silenciamento. 5. Modos de objetivação/subjetivação. I.  
Nery, Luciana Fernandes. II. Universidade do Estado do  
Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

**ZAIRA KATHRYNE DE ARAÚJO ALVES**

**A QUEBRA DO SILÊNCIO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS  
SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO DOCUMENTÁRIO SE  
VOCÊ CONTAR**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Patu – CAP, Departamento de Letras-Língua Portuguesa, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e respectivas Literaturas.

Aprovada em: 05 de dezembro de 2024.

**Banca Examinadora**

*Luciana Fernandes Nery*

---

Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery – Orientadora  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

*Aline Almeida Inhoti*

---

Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti – Examinadora  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

*Keila Lairiny Câmara Xavier*

---

Profa. Ma. Keila Lairiny Câmara Xavier – Examinadora  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria e força, por me guiar durante a elaboração desta pesquisa. Pois sem ele não conseguiria finalizar e superar as dificuldades enfrentadas ao longo desse processo. “Posso todas as coisas naquele que me fortalece” (Filipenses 4:13). Deixo aqui essa passagem bíblica, que mesmo diante das complexidades da vida, a minha força vem de Deus, que me capacita todos os dias.

Aos meus avós, Maria José de Araújo Paiva e José de Paiva Neto, por sempre acreditarem no meu potencial, mesmo quando eu duvidei de mim mesma. E também por me incentivarem a seguir em frente, mesmo diante das dificuldades. O amor, os conselhos e o apoio de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço ao meu pai, João Fernandes de Araújo Segundo, pelo conselho sobre sempre me dedicar aos estudos, ensinando-me o valor do esforço e da persistência. Também agradeço à minha madrasta, Fabienne Moura Nascimento Araújo, por me inspirar com suas palavras de incentivo, que me motivaram a acreditar em meu potencial e por sua constante disponibilidade e apoio ao longo dessa caminhada.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Luciana Fernandes Nery, sou grata pela paciência, dedicação e pelas orientações valiosas que enriqueceram este trabalho. Sua sabedoria e comprometimento foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo significativamente para a qualidade e profundidade da análise. Agradeço por estar sempre disponível para me guiar neste percurso acadêmico.

À banca examinadora, Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti e Profa. Ma. Keila Lairiny Câmara Xavier, por dedicarem seu tempo à leitura do meu trabalho e pela disposição em participar deste momento tão importante da minha trajetória acadêmica.

Às minhas amigas Ítala Morgana, Lília Alexandrino, Libegna Moraes e Stefanny Barreto. Sou imensamente grata pelo carinho, consideração e apoio ao longo desses quatro anos de luta. Vocês foram mais do que colegas, foram parceiras que estiveram ao meu lado, vibrando com cada conquista e oferecendo

suporte nas dificuldades. A amizade de vocês tornou essa jornada mais leve e significativa. Levo comigo cada momento compartilhado como um tesouro.

Especialmente, minha amiga Lycia Roane, sua presença em minha vida foi essencial nos momentos de dúvida e dificuldade. Quando pensei em desistir, você esteve ao meu lado com palavras de sabedoria e conselhos que renovaram minha força e confiança. Sua fé inabalável, sempre tão inspiradora. Essa é uma das qualidades que mais admiro.

Às minhas amigas Emilly Vitória e Roberta Cortez, minha gratidão é imensa. Obrigada pelo carinho, pela confiança e pelo amparo constante. A torcida de vocês pelo meu sucesso e o apoio incondicional foram pilares que me ajudaram a enfrentar os desafios e a seguir em frente com coragem e determinação. A amizade de vocês tornou essa jornada muito mais leve e significativa.

Ao meu amigo Francisco Júnior, deixo minha sincera gratidão pela amizade verdadeira e pelo apoio durante esta jornada. Agradeço pelo companheirismo.

À Maria Luiza de Oliveira Holanda, registro minha sincera gratidão pelo apoio constante e pela dedicação em me incentivar a alcançar meus objetivos. Seu estímulo e suas palavras de motivação foram indispensáveis para que eu mantivesse o foco e a determinação durante a trajetória acadêmica, especialmente nos momentos mais desafiadores.

Por fim, à minha amiga Maria Paiva Montenegro Neta cuja importância em minha vida transcende o que as palavras podem expressar. Sua amizade foi um porto seguro nos momentos de dúvida e sua confiança em mim foi uma força que me guiou adiante. Agradeço pela generosidade de cada gesto, pelo apoio incansável e por sempre estar presente com palavras encorajadoras. Ter você ao meu lado tornou esta jornada mais leve e especial.

*“A vergonha tem que mudar de lado.  
Mulheres são mais do que suas feridas,  
Elas são forças de transformação.  
Quando rompemos o silêncio, quebramos  
ciclos.  
É preciso, sim, ter coragem para expor o  
que há de errado”.*

*(Ana Priscila Soggia)*

## RESUMO

A violência sexual infantil é uma violação dos direitos humanos que atinge crianças e adolescentes, muitas vezes, dentro do ambiente familiar, principal responsável pelo silenciamento das vítimas e pela perpetuação deste crime. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário *Se você contar*, destacando a importância do rompimento do silêncio e da busca por justiça. Especificamente, buscamos analisar as dinâmicas de poder em que emergem os discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário *Se você contar*, descrever de que forma o documentário retrata o processo de quebra do silêncio das sobreviventes e a busca por justiça; compreender os modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil ao dizer a verdade sobre si. Esta pesquisa é de caráter descritivo-interpretativista de cunho qualitativo, fundamentada teoricamente principalmente em Foucault (2004; 2012; 2014; 2015a; 2015b; 2018; 2021; 2022), Araújo (2020), Andrade (2018) e Lemos (2009) para abordar aspectos relacionados ao poder, resistência, a cultura do estupro e a violência sexual. Para a análise dos dados, selecionamos 14 (quatorze) enunciados de “Se você contar-filme documentário sobre abuso sexual infantil. A partir dos enunciados analisados, constatou-se que as sobreviventes enfrentam barreiras significativas, como o silenciamento imposto por ameaças e a manipulação emocional, que perpetuam a dominação dos abusadores. No entanto, a confissão das sobreviventes também evidenciam estratégias de resistência e ressignificação, mostrando como a esta prática discursiva pode funcionar como um mecanismo de empoderamento e ruptura do ciclo de violência. Assim, acreditamos que a presente pode contribuir para a compreensão das dinâmicas discursivas que moldam as experiências das sobreviventes, oferecendo conhecimento para discussões acadêmicas e estratégias sociais de enfrentamento à violência sexual infantil.

**Palavras-chave:** Discurso; Violência sexual infantil; Confissão; Silenciamento; Modos de objetivação/subjetivação.

## ABSTRACT

Child sexual violence is a human rights violation that affects children and adolescents, oftentimes, within family environment, which is primarily responsible for silencing victims and perpetuating this crime. In this context, this research has the general objective of investigating the narratives of survivors of child sexual violence in the documentary *Se você contar* (If You Tell), highlighting the importance of breaking the silence and seeking justice. Specifically, we aim to analyze the power dynamics in which the narratives of survivors of child sexual violence emerge in the documentary *Se você contar*; describe how the documentary portrays the process of breaking the silence and seeking justice by survivors; and understand the modes of objectification and subjectification of survivors of child sexual abuse as they speak their truths. This research is descriptive and interpretative, with a qualitative approach, primarily based on the theoretical foundations of Foucault (2004; 2012; 2014; 2015a; 2015b; 2018; 2021; 2022), Araújo (2020), Andrade (2018), and Lemos (2009), addressing aspects related to power, resistance, the rape culture, and sexual violence. For data analysis, we selected 14 statements from *Se você contar*—a documentary film about child sexual abuse. The analysis of these statements reveals that the survivors face significant barriers, such as the silencing imposed by threats and emotional manipulation, which perpetuate the abusers' domination. However, the survivors' confessions also highlight resistance strategies and re-signification, demonstrating how this discursive practice can function as a mechanism for empowerment and breaking the cycle of violence. Thus, we believe this research contributes to understanding the discursive dynamics that shape the survivors' experiences, offering knowledge for academic discussions and social strategies to confront child sexual abuse.

**Keywords:** Discourse; Child Sexual Abuse; Confession; Silencing; Modes of Objectification/Subjectivation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Não se omite.....	18
Figura 2- É bom ter uma garota por perto em casa.....	26
Figura 3- O caso da Avenida Paulista.....	28
Figura 4- Estupro x importunação sexual.....	29
Figura 5- Ciberfeminismo e a apropriação da internet.....	34

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 A PRÁTICA DA CONFISSÃO, AS DINÂMICAS DE PODER E A DENÚNCIA DAS MULHERES EM ESPAÇOS DIGITAIS</b> .....	<b>17</b>
2.1 A prática da confissão nos Estudos Discursivos Foucaultianos .....	17
2.2 A violência sexual e as dinâmicas de poder .....	23
2.3 O ciberfeminismo no combate à violência sexual.....	30
<b>3 QUEBRANDO O SILÊNCIO: CONFISSÕES DE ABUSO SEXUAL INFANTIL NO DOCUMENTÁRIO <i>SE VOCÊ CONTAR</i></b> .....	<b>36</b>
3.1 “Se você falar, eu mato você e quem mais souber”: as dinâmicas de poder nos discursos das sobreviventes .....	36
3.2 O silenciamento e a busca por justiça .....	41
3.3 Modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil .....	45
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é a segunda forma mais comum de violência contra menores de idade entre 0 e 13 anos no Brasil. Trata-se de uma realidade que tem consequências para a sociedade como um todo. Esse tipo de violência causa danos físicos e psicológicos duradouros, exigindo atenção e ação imediata de todos os setores do meio social. Conforme o Anuário de Segurança Pública (2024), as crianças de 0 a 4 anos representaram 11,1% das vítimas, as de 5 a 9 anos 18%, e aquelas entre 10 e 13 anos somaram 32,5%. Isso significa dizer que vítimas com idade entre 0 e 13 anos constituem 61,6% dos estupros no Brasil.

De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), instituído pela Lei nº 8.069 no Art. 4º, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Esses direitos garantidos como prioridade reforçam a necessidade de proteção às crianças e adolescentes, que devem ser atendidos de forma preferencial em políticas públicas, recursos orçamentários e ações sociais, especialmente, em situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, a legislação destaca sobre a responsabilidade de todos os setores da sociedade, principalmente da família na proteção da criança contra qualquer forma de violência, negligência ou exploração.

Apesar da segurança e proteção das crianças e adolescentes serem direitos garantidos pelo ECA, a vulnerabilidade desses sujeitos em relação à violência sexual é um problema recorrente no nosso país. Crianças pequenas, especialmente aquelas entre 0 e 4 anos, são extremamente vulneráveis devido à sua incapacidade de compreender o que está acontecendo e de se defender. Esses sujeitos dependem inteiramente dos adultos para sua proteção e bem-estar. Na faixa etária de 5 a 9 anos, embora as crianças possam ter um entendimento um pouco melhor sobre certos perigos, ainda carecem de maturidade emocional e recursos para se protegerem adequadamente.<sup>12</sup>

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso 03 nov. 2024.

Entre 10 e 13 anos, os adolescentes podem começar a ter uma compreensão mais clara dos atos abusivos, mas ainda são altamente suscetíveis à manipulação e coerção por parte de adultos. O abuso sexual infantil caracteriza-se por ações de caráter sexual envolvendo um menor, cometido por adultos. Esse tipo de crime pode ocorrer de diversas maneiras, incluindo a exploração sexual, o estupro e outras formas de agressão, frequentemente cometidas por agressores com os quais as crianças possuem vínculo ou parentesco. A violência sexual acontece, muitas vezes, dentro do próprio lar. Devido à falta de compreensão e conhecimento sobre o ato, as crianças são abusadas sem ter consciência do que está ocorrendo. Como resultado, podem surgir traumas no futuro, manifestando-se em problemas de saúde física, emocional e psicológica, como depressão, dificuldades de relacionamento, ansiedade e outros distúrbios.

Conforme dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (2021), entre 2015 a 2021, foram registrados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, chegando a 80 casos por dia durante esse período. Um dos fatores responsáveis pelo silêncio das crianças é que, muitas vezes, elas são tomadas por sentimentos que bloqueiam sua capacidade de reação ao abuso sexual. Um dos motivos é o medo da atitude dos adultos. O fato de esse ato acontecer, comumente, em sigilo faz com que elas sintam vergonha de compartilhar sua experiência sexual com os outros. Além disso, há o sentimento de culpa pelo ocorrido. Nesse cenário, o documentário *Se você contar*, ao abordar a temática do abuso sexual infantil no Brasil através de depoimentos de cinco mulheres que relatam suas experiências de abuso sexual é de grande importância para o rompimento do silêncio que circunda esse crime.

As sobreviventes da violência sexual no documentário mencionado contam as suas histórias, destacando o abuso sofrido na infância. Muitas delas foram silenciadas pelo medo, pela culpa, pelo desentendimento do ato, como também, pelas ameaças feitas pelo agressor. Nos casos relatados, as sobreviventes têm parentesco com os abusadores, o que dificulta ainda mais a denúncia. Outro fator complexo que envolve esse crime é a presença da família, pois a falta de credibilidade dos pais diante dos acontecimentos acaba deixando as vítimas mais vulneráveis.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso 10 dez. 2024.

Diante do exposto, percebemos que o silenciamento é visto como uma forma de autoproteção e de resistência. As sobreviventes não denunciaram e, com isso, a justiça não foi feita. Através do documentário mencionado, os discursos das sobreviventes retratam a quebra do sigilo, como também representa a resistência, contribuindo para que muitas mulheres que sofreram e ainda sofrem essa violência consigam denunciar e enfrentar o trauma.

O silenciamento das sobreviventes de violência sexual infantil é influenciado por múltiplos fatores sociais, psicológicos e institucionais. As vítimas, muitas vezes, são coagidas ou manipuladas pelos agressores, que podem ser familiares ou pessoas próximas, a manterem o segredo sobre o abuso. Esse silenciamento é reforçado por uma série de barreiras que dificultam a denúncia e a busca por justiça. Com base nisso, apresentamos os seguintes questionamentos para conduzir a pesquisa: 1) Como o silenciamento das sobreviventes da violência sexual infantil pode afetar no acesso à justiça no documentário “*Se você contar*”?; 2) De que forma o documentário “*Se você contar*” retrata o processo de quebra do silêncio pelas sobreviventes?; 3) Como as sobreviventes de abuso sexual infantil são objetivadas e subjetivadas ao dizer a verdade sobre si?

Perante os questionamentos apresentados, temos como objetivo geral: investigar os discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário *Se você contar*. Como objetivos específicos, pretendemos: a) Analisar as dinâmicas de poder em que emergem os discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário *Se você contar*; b) Descrever de que forma o documentário *Se você contar* retrata o processo de quebra do silêncio das sobreviventes e a busca por justiça; c) compreender os modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil ao dizer a verdade sobre si.

A análise dos discursos das sobreviventes traz à tona questões relevantes como, por exemplo, os desafios enfrentados pelas mulheres ao buscar justiça e as lacunas existentes na legislação de proteção às crianças. Ademais, a nossa pesquisa pode subsidiar a elaboração de estratégias educativas para prevenir a violência sexual infantil, como também promover a discussão sobre o tema em ambientes escolares. Portanto, esta pesquisa se justifica pela lacuna existente nas análises dos discursos das sobreviventes, pois, embora a violência sexual seja amplamente discutida, há uma carência significativa de pesquisas que abordem diretamente as narrativas das sobreviventes, especialmente em contextos

mediáticos, como documentários. Desse modo, estudar os discursos das sobreviventes torna-se importante, pois pode evidenciar as histórias das mulheres e ressaltar a necessidade urgente de combater tal violência. Esta abordagem oferece uma visão holística do problema, destacando sua importância acadêmica e suas implicações sociais.

Nossa pesquisa é de caráter descritivo-interpretativista, de cunho qualitativo, buscando compreender os significados que as sobreviventes atribuem às suas experiências no mundo social. A pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos dados e:

[...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13).

De acordo com o autor, o pesquisador se concentra em compreender e descrever as perspectivas e experiências dos participantes. Isso significa que o foco está nas histórias, opiniões, crenças e percepções das pessoas envolvidas no estudo. Diante disso, nossa pesquisa visa explorar as experiências e os discursos das sobreviventes, identificando temas recorrentes e compreendendo as dinâmicas de silenciamento e de resistência. A pesquisa adota um método arqueogenealógico, que combina a análise histórica (arqueologia) e crítica (genealogia) para examinar as relações de poder que moldam os discursos das sobreviventes de abuso sexual infantil. Desse modo, é possível evidenciar como os contextos históricos e sociais influenciam a maneira como as sobreviventes constroem sentidos sobre suas experiências e como utilizam a confissão como uma prática discursiva.

A elaboração desta pesquisa é embasada a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos (2004; 2010; 2012; 2014; 2015a; 2015b; 2018; 2021; 2022). Nos fundamentamos teoricamente também em Araújo (2020); Andrade (2018), que abordam a cultura do estupro no Brasil e como a violência sexual é normalizada e perpetuada na sociedade. Barboza (2004) sobre a violência contra a mulher e Cabette (2018) que trata sobre a importunação sexual. Além desses autores, temos Brandão (2001), Bueno; Bohnenberger; Martins e Sobral (2024), Paschoal (2017),

que discutem o aumento dos casos de violência sexual no Brasil. Também utilizamos Risério (2019) tratando sobre as violências, direitos e ciberfeminismos.

O *corpus* desta pesquisa é constituído através do documentário “*Se você contar*”, produzido pela Instituição de Ensino Superior (IES) da Universidade Vila Velha e dirigido por Rodrigo Cerqueira e Roberta Fernandes. O documentário foi publicado no *Youtube* pelo canal Andaluz Filmes, com um tempo de 29min e 31s. Aborda a temática do abuso sexual infantil, em que cinco mulheres compartilham suas histórias que aconteceram na infância. O referido documentário foi selecionado porque dar voz às mulheres e permite que compartilhem suas histórias e mostrem o impacto que esses abusos têm em suas vidas. Esse documentário é uma ferramenta para educar, sensibilizar e mobilizar a sociedade em torno dessa causa.

Quanto à estrutura, esta monografia está dividida em três capítulos, sendo o primeiro dedicado à introdução. No capítulo II, intitulado “*A prática da confissão, as dinâmicas de poder e a denúncia das mulheres em espaços digitais*” abordamos sobre a confissão, como um mecanismo central na produção de verdade e poder nos estudos discursivos foucaultianos, as dinâmicas de poder e o ciberfeminismo. No capítulo III, com o título “*Quebrando o silêncio: a construção do eu a partir da experiência das sobreviventes de abuso sexual*”, tratamos sobre a análise dos discursos das sobreviventes e as questões teóricas sobre silêncio, identidade e poder. Seguindo a sequência, também destacamos os modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil.

Essa pesquisa pode contribuir para a compreensão das dinâmicas discursivas envolvidas nos relatos de sobreviventes de violência sexual infantil, ampliando o olhar para além dos aspectos jurídicos e psicológicos. Ao abordar o tema pela perspectiva da Linguística, é possível revelar como os discursos são construídos, ressignificados e utilizados como ferramentas de resistência e transformação social. Além disso, a pesquisa pode incentivar novas investigações interdisciplinares, promovendo o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e enriquecendo a discussão acadêmica sobre a temática abordada neste trabalho.

## **2 CONFISSÃO, PODER E RESISTÊNCIA: A DENÚNCIA DAS MULHERES EM ESPAÇOS DIGITAIS**

Neste capítulo, discorreremos sobre o papel da confissão nos estudos discursivos foucaultianos. O foco está nesta prática como instrumento essencial de produção de verdade e poder, importante para a validação e o reconhecimento das denúncias de violência sexual. Discutiremos também as dinâmicas de poder inerentes à violência sexual, especialmente no contexto de abuso infantil, bem como a importância do ciberfeminismo como uma forma de resistência e enfrentamento dessa violência em ambientes digitais. Nesse contexto, o presente capítulo destaca como a internet pode servir como meio de articulação e apoio coletivo para mulheres, oferecendo novas possibilidades para expor e combater as estruturas de poder que sustentam a violência sexual.

### **2.1 A prática da confissão nos Estudos Discursivos Foucaultianos**

Foucault (2015), em seus estudos sobre o poder e a verdade, aborda a confissão como um ato central na produção da verdade e do poder. A confissão é um mecanismo através do qual os indivíduos revelam a verdade sobre si mesmos, geralmente em contextos de controle e poder, como na religião, na justiça e na psicanálise. Vale ressaltar que a confissão não é apenas a revelação de uma verdade oculta, mas um ato que produz uma verdade. Ao confessar, o sujeito cria uma narrativa sobre si mesmo que é aceita ou não como verdade pelas instituições de poder.

A confissão, muitas vezes, é necessária para que casos de violência sejam reconhecidos, validados e abordados pelas autoridades e pela sociedade. No entanto, o processo de obter essa manifestação pode ser difícil e traumatizante para as sobreviventes de um abuso sexual infantil. Com base no pensamento de Foucault (2015), a prática de confissão não apenas serve para a obtenção de informações sobre os indivíduos, mas também para moldar seu comportamento e subjetividade. Segundo o autor:

A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder. [...] Tanto a ternura mais desarmada quanto os

mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (Foucault, 2015, p. 66).

Foucault (2015) em *“História da sexualidade I: a vontade de saber”* aborda a relação entre confissão, verdade e poder. Na referida obra, o autor discute a importância da confissão na sociedade ocidental e como esta prática está intrinsecamente ligada aos processos de individualização exercidos pelo poder. Foucault (2015) argumenta que a confissão da verdade se tornou um elemento central nos procedimentos de controle e domínio sobre os sujeitos. O autor destaca que tanto as formas mais suaves e afetuosas de poder quanto as mais violentas e autoritárias dependem das confissões para exercer sua influência. Isso significa que, independentemente do contexto em que ocorre, a confissão desempenha um papel fundamental na relação de poder entre aquele que confessa e aquele que recebe a confissão.

Nesse sentido, o ato de denunciar uma violência sofrida pode ser interpretado como uma forma de "confissão" que se inscreve no cerne dos procedimentos de poder, permitindo que a verdade seja reconhecida pelas instituições sociais. A imagem a seguir reforça essa perspectiva ao destacar como o silêncio das vítimas e da sociedade contribui para a perpetuação do poder do agressor.

Figura 1- Não se omita



Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.medianeira.pr.gov.br/18demaio/> . Acesso 04 out. 2024.

O apelo à denúncia da violência sexual infantil, expressa na figura 1, reflete a dinâmica de poder vinculada ao ato de confissão. O enunciado central "*O seu silêncio perdoa o agressor e reforça o poder dele sobre a vítima*" divulgado na campanha nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes aponta para a relação entre o silêncio e o poder do agressor. Desse modo, o silêncio, longe de ser neutro, serve para manter as relações de poder que beneficiam o agressor. A ausência de denúncia ou "confissão" impede que a violência seja reconhecida, validada e abordada pelas autoridades competentes, perpetuando o controle do agressor sobre a vítima.

A prática da confissão, conforme Foucault (2015), não se limita à revelação de uma verdade já existente, mas é um ato que produz uma nova verdade, conferindo-lhe validade. O uso da palavra "perdoa" significa que o silêncio funciona como um ato de cumplicidade com o agressor, mesmo que involuntário. Esse silêncio, portanto, não é inofensivo, pois, fortalece a posição de poder do abusador e priva a vítima da possibilidade de ser ouvida e protegida. Além disso, podemos perceber que a imagem, apresentada na figura 1, reforça a ideia de que a violência sexual infantil não pode ser combatida apenas com leis ou políticas, a participação ativa da sociedade em denunciar e quebrar o silêncio é essencial para proteger e enfraquecer o poder do agressor.

O enunciado faz um apelo para que todos assumam a responsabilidade de denunciar e não permitir que o silêncio continue a proteger aqueles que cometem esses atos. O termo "*perdoa*" remete ao campo religioso, especialmente ao cristianismo. Na tradição cristã, o perdão é visto como uma virtude, representando a superação do ressentimento e a busca pela reconciliação. Contudo, a publicação em questão estabelece uma contraposição ao associar o verbo "perdoar" não apenas à ideia de redenção, mas também à permissão ou tolerância diante das ações do agressor, muitas vezes, reforçada pelo silêncio das vítimas. Essa reflexão levanta um debate importante sobre como conceitos religiosos podem ser reinterpretados ou utilizados para justificar ou perpetuar dinâmicas de opressão, especialmente, em contextos de violência.

Ao afirmar que o homem no Ocidente se tornou um "animal confidente", Foucault (2015) diz que a prática da confissão se tornou tão disseminada e naturalizada em nossa sociedade que os sujeitos estão constantemente sendo solicitados a revelar informações íntimas sobre si mesmos. Isso não apenas serve

para a obtenção de informações e controle por parte do poder, mas também para a construção e manutenção da subjetividade e identidade dos sujeitos. A confissão é um ritual de discurso em que:

O sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se (Foucault, 2015, p. 69).

O autor mencionado oferece uma análise sobre a prática da confissão, destacando-a como um ritual discursivo em que o indivíduo que confessa (sujeito que fala) e o conteúdo da confissão (sujeito do enunciado) se entrelaçam. Esta prática não se dá em um vácuo, mas sim dentro de uma relação de poder, pois a confissão requer a presença, ainda que virtual, de um "parceiro". Este parceiro não é um simples interlocutor, mas uma autoridade que demanda a confissão, a impõe, a avalia e intervém de forma a julgar, punir, perdoar, consolar ou reconciliar o confessor. O ritual da confissão envolve uma dinâmica onde a verdade é validada pelo enfrentamento de obstáculos e resistências que o indivíduo deve superar para que ela se manifeste. A autenticidade da verdade confessada, segundo Foucault (2015), é assegurada pelo processo difícil e penoso que o confessor atravessa. Este processo, ao suprimir as resistências, legitima a verdade proferida.

Assim, a confissão é vista como uma prática em que a verdade não é simplesmente dita, mas conquistada, confirmada pela luta contra as barreiras que tentam ocultá-la. A análise foucaultiana da confissão revela seu caráter de controle e submissão, destacando a complexidade das relações de poder intrínsecas a este ato. O dito não é apenas uma expressão de uma verdade pessoal, mas um mecanismo de controle social e de poder, no qual a presença de um interlocutor é essencial para a validação do processo e do conteúdo confessado. No contexto do documentário *Se você contar*, esse interlocutor pode ser um adulto de confiança, uma instituição ou a sociedade em geral. Essas entidades não apenas escutam, mas impõem a necessidade de confessar, avaliam a veracidade do relato e decidem sobre as ações a serem tomadas, como iniciar investigações, oferecer suporte psicológico ou buscar justiça. Além disso, no referido documentário, as vítimas de violência sexual infantil são tanto o sujeito que fala quanto o sujeito do enunciado, ou

seja, são quem confessa e o conteúdo da confissão. Esta confissão não é um simples relato, mas um ritual que ocorre dentro de uma estrutura de poder.

A obra *A Ordem do Discurso*, de Michel Foucault, proferida como aula inaugural no Collège de France em 2 de dezembro de 1970, destaca os mecanismos sociais e institucionais que controlam a produção e circulação dos discursos. Os discursos entendidos como formas de expressão verbal ou escrita que têm impacto na sociedade não são simplesmente criados e difundidos livremente. Para o referido autor:

A produção do discurso e ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014 p. 8).

Esses procedimentos de controle visam, em grande parte, reduzir o impacto potencialmente desestabilizador dos discursos. Foucault (2014) destaca que o discurso tem o poder de transformar a realidade e, ao mesmo tempo, apresenta perigos, como a subversão da ordem estabelecida ou a geração de conflitos. Ao organizar e controlar sua circulação, a sociedade busca dominar esses eventos imprevisíveis (os acontecimentos aleatórios) que os discursos podem gerar, evitando que sua "pesada e temível materialidade", ou seja, seu impacto real e concreto, cause desordem ou perturbação. Foucault (2014) argumenta que o discurso é uma ferramenta poderosa, controlado e regulado por uma série de procedimentos que visam conjurar seu poder e seu impacto potencialmente transformador. Esses mecanismos de controle servem para dominar o que ele chama de "acontecimento do discurso", ou seja, a capacidade do discurso de revelar verdades ou provocar mudanças significativas na sociedade de forma imprevisível.

O discurso, para Foucault (2014), envolve valores, posições e categorias sociais, funcionando como uma prática que organiza e constrói a realidade. O discurso vai além das palavras, é constituído por práticas que dentro de um determinado contexto histórico e social, regulam e organizam o que é considerado verdadeiro ou aceitável. Portanto, o discurso não apenas descreve a realidade, mas também a constrói, determinando os limites do que pode ser dito e pensado dentro das estruturas de poder.

Em “*A arqueologia do saber*” Foucault (2022, p.132) afirma que “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva”. Em outras palavras, o discurso é um sistema de pensamentos que organiza e define o conhecimento em um determinado contexto histórico e social. Para Foucault (2022), o discurso é um conjunto estruturado de enunciados que expressam um sistema de pensamentos. Quando fala de discurso, ele não está se referindo a um enunciado isolado, mas a um conjunto de enunciados que compartilham a mesma formação discursiva, definida como as regras que determina o que pode ser dito, quem pode falar e as condições sob as quais os discursos são produzidos e circulam.

Foucault (2022) destaca a complexidade dos discursos e sua construção através de enunciados. O autor argumenta que um enunciado não deve ser compreendido como uma unidade isolada, mas como uma função que se relaciona com um conjunto de signos dentro de um contexto social e histórico específico. O significado de um enunciado é influenciado não apenas por seu conteúdo explícito, mas também pelas regras e estruturas que moldam a comunicação. Para isso, o autor afirma que:

O enunciado é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (...)ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2022, p. 98).

Foucault (2022) argumenta que o enunciado é uma função que está ligada exclusivamente aos signos. Isso significa que um enunciado não é simplesmente uma frase ou uma unidade de significado, mas sim uma construção que se relaciona com o uso de signos (palavras, frases, etc.). O enunciado existe na medida em que esses signos são utilizados em um contexto específico e é através dessa utilização que podemos determinar se faz sentido ou não. Essa definição enfatiza a importância de se considerar tanto o contexto em que os enunciados surgem quanto as relações de poder que influenciam a sua interpretação.

Perante as considerações apresentadas em relação ao discurso e ao enunciado, compreendemos que a confissão da verdade, de acordo com Foucault

(2022), é um ato que envolve tanto a revelação de um fato quanto a formação de um sujeito dentro das práticas de poder, no qual a verdade não é apenas dita, mas também construída e imposta por meio da interação entre o sujeito e as instituições que exercem o controle. Nesse sentido, a confissão se torna um instrumento de poder, pois não apenas revela a verdade de uma pessoa, mas também a transforma, ao produzir uma nova forma de subjetividade, em que o indivíduo é identificado e rotulado de acordo com o que foi confessado. Desse modo, compreender a confissão como uma prática discursiva numa perspectiva foucaultiana é extremamente relevante no contexto de violência sexual, na qual a necessidade de contar a experiência se entrelaça com as dinâmicas de poder, aspecto a ser abordado no tópico a seguir.

## **2.2 A violência sexual e as dinâmicas de poder**

A violência sexual infantil consiste em uma série de atos abusivos, envolvendo o contato sexual indevido, exploração do corpo e formas de violência física e psicológica. Esses atos são cometidos contra menores de idade e representam uma grave violação dos direitos humanos fundamentais das crianças. Geralmente, o abuso é perpetrado por indivíduos com quem a vítima tem laços afetivos ou parentesco, o que torna a situação ainda mais complexa. Segundo Araújo (2020, p. 27), “de acordo com os registros 2017 e 2018, 75,9% das vítimas tem algum vínculo com os estupradores”. O que impede de denunciarem é o sentimento de culpa, medo, vergonha, ameaças feitas pelo abusador. Pode-se afirmar, que o aparato judiciário, frequentemente, não consegue administrar uma resolução efetiva para os casos de violência sexual infantil, evidenciando uma lacuna entre a legislação existente e sua aplicação prática, o que perpetua um ciclo de impunidade e a falta de proteção das sobreviventes de abuso sexual.

Segundo Araújo (2020, p. 11), “o estupro é o único crime em que a vítima é que sente culpa e vergonha”. O mesmo acontece com os demais casos de violência sexual. Muitas vezes, as sobreviventes desses atos são submetidas a um intenso processo de culpabilização, em que são questionadas sobre o que estavam vestindo ou que estavam fazendo. Frequentemente, passam por tantos questionamentos que acabam colocando essa responsabilidade sobre elas mesmas. Essa culpabilização da vítima está enraizada em uma cultura que tende a minimizar a gravidade da

violência sexual, enquanto coloca a mulher como responsável pelo o que aconteceu. Consequentemente, isso contribui para o silenciamento das sobreviventes e para que fiquem vulneráveis perante a situação, dificultando a denúncia e a busca por justiça. O pensamento que associa o comportamento ou a vestimenta de uma mulher ao estupro tem sido uma problemática, tornando-se um pensamento machista, retrógrado e arcaico. Araújo (2020, p. 11) afirma que:

Há uma imensa parte da população, carente de esclarecimento, educação e políticas públicas, que ainda acha que a mulher que “não se dá ao respeito” merece ser estuprada, que roupa decotada pode induzir homem a se tornar um estuprador, que muitas mulheres mentem quando dizem que sofreram abuso para prejudicar o homem ou, ainda, que homem é assim mesmo.

Esses pensamentos são manifestações preconceituosas e perniciosas que sustentam a cultura da violência sexual. A vestimenta ou o comportamento de um indivíduo não constituem convites ao abuso. A falta de suporte, defesa e credibilidade acabam fazendo com que a maioria das sobreviventes se calem e não façam queixas, se tornando mais um caso não resolvido e sem justiça. Então, os mesmos erros e injustiças que culpabilizam as sobreviventes de abuso sexual são ainda mais complexos quando aplicados a crianças que são incapazes de dar permissão e continuam sendo alvos de abuso. Com base na legislação brasileira:

Uma pessoa só passa a ser capaz de consentir a partir dos 14 anos. Na faixa que vai de 14 a 17 anos, a maior parte dos estupros ainda é de vulnerável, ou seja, situações em que a vítima, por qualquer razão, não é capaz de oferecer resistência (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 156).

A citação acima trata da questão do consentimento e da vulnerabilidade em relação à idade, isso significa que menores de 14 anos são considerados incapazes de consentir a qualquer ato sexual, tornando qualquer relação sexual um crime de estupro de vulnerável, independentemente da permissão da criança ou adolescente. No entanto, mesmo entre os 14 e 17 anos, muitos casos de estupro são classificados como “estupro de vulnerável” por várias razões. Os menores de idade não são capazes de oferecer resistência ou compreender plenamente o ato para dar um consentimento. Isso pode incluir situações em que a vítima está sob coação ou onde há um desequilíbrio significativo de poder em situações em que a vítima apresenta problemas neurológicos. A capacidade de consentimento não é apenas

uma questão de idade, mas também das circunstâncias em que a autorização é dada. Nessas situações, um sujeito tem mais controle, influência ou autoridade sobre outra, onde uma pessoa pode sentir-se incapaz de recusar, resistir ou agir livremente. Um adulto por ter mais experiência, conhecimento e habilidades manipulativas consegue tornar um adolescente mais suscetível à sua influência e menos capaz de reconhecer ou resistir a pressões inadequadas feitas pelo abusador.

Vale ressaltar que o patriarcado perpetua a ideia de que o corpo feminino é propriedade masculina e estabelece uma dinâmica de poder na qual os homens detêm controle sobre as mulheres. Este controle facilita a ocorrência de violência sexual, uma vez que os homens utilizam essa dinâmica de poder para explorar, dominar e violentar as mulheres. Andrade (2018, p. 67) afirma “que o conceito de patriarcado é utilizado para descrever um sistema social e político no qual os homens controlam e possuem poder sobre as mulheres”. O conceito de patriarcado é fundamental para descrever a estrutura de poder e controle que os homens exercem sobre as mulheres na sociedade. A referida autora argumenta que o patriarcado não é apenas uma questão de dominação individual, mas um sistema social e político profundamente enraizado que perpetua a desigualdade de gênero. Andrade (2018) define o patriarcado como um sistema de dominação masculina que se manifesta em diversas esferas da vida, incluindo a família, a economia, a cultura, a educação e a política. Esse sistema é sustentado por normas e valores que reforçam a superioridade dos homens e a submissão das mulheres, criando um ciclo contínuo de opressão. A figura a seguir, exemplifica como essas ideias são perpetuadas através de imagens que reforçam estereótipos de gênero.

Figura 2- É bom ter uma garota por perto em casa



Fonte: reddit.com <sup>4</sup>

O enunciado verbo-visual, apresentado na figura 2, é um exemplo emblemático de como o patriarcado se manifesta nas representações midiáticas. Na figura 2, observamos um homem de pé sobre o que parece ser a pele de um tigre, com a peculiaridade de que, ao invés da cabeça do animal, vemos a cabeça de uma mulher. A mensagem publicitária, que visa promover calças masculinas, apresenta o seguinte enunciado: *"It's nice to have a girl around the house"* (É bom ter uma garota por perto em casa), o que reforça a objetificação feminina. Essa representação visual é carregada de símbolos de desumanização e submissão. A mulher é retratada como uma extensão do ambiente doméstico, reduzida a um objeto decorativo, colocada literalmente debaixo dos pés do homem. Essa composição espelha um ideal patriarcal de que a mulher está à disposição do homem, tanto em termos físicos quanto simbólicos, reforçando sua subordinação. A mulher, no enunciado em análise, não é representada como um sujeito com autonomia, mas como um "acessório" que embeleza o ambiente doméstico e cumpre um papel de servidão.

O enunciado evoca também uma violência simbólica ao comparar a mulher com um animal selvagem conquistado. Substituir a cabeça do tigre pela da mulher insinua que o homem "domina" tanto a mulher quanto o ambiente ao seu redor,

<sup>4</sup> Disponível em:

[https://www.reddit.com/r/vintageads/comments/2uz4of/its\\_nice\\_to\\_have\\_a\\_girl\\_around\\_the\\_house\\_m\\_r\\_leggs/?tl=pt-br&rdt=397624](https://www.reddit.com/r/vintageads/comments/2uz4of/its_nice_to_have_a_girl_around_the_house_m_r_leggs/?tl=pt-br&rdt=397624). Acesso 04 out. 2024.

reiterando uma noção de controle sobre o corpo e a liberdade feminina, algo frequentemente perpetuado pelo patriarcado. Além disso, ao promover o papel tradicional da mulher como algo agradável de se ter "por perto", o enunciado, apresentado na figura 2, legitima a ideia de que o valor da mulher está intrinsecamente ligado ao seu papel dentro de casa e à sua submissão ao homem, o que naturaliza e perpetua as desigualdades de gênero.

Nesse contexto, é fundamental destacar e compreender as diferentes formas de violência sexual tais como o abuso, o estupro, a importunação sexual e o assédio. O abuso sexual, como já mencionado neste trabalho, envolve qualquer tipo de contato não consensual, seja físico, verbal ou emocional. Pode ocorrer em diferentes contextos, como dentro do ambiente familiar, no trabalho, na escola, entre outros. O estupro é definido, de acordo com o artigo 213 da Lei nº 12.015/2009, como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Brasil, 2009, art. 213).<sup>5</sup> Esse crime constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, pois envolve a privação do direito ao consentimento e a invasão da integridade física e psicológica da vítima, refletindo uma séria agressão à sua dignidade. A legislação prevê diferentes graus de penalidade para o crime de estupro, dependendo das circunstâncias e das consequências do ato. A pena básica para o estupro é de reclusão de 6 a 10 anos. Quando a conduta resulta em lesão corporal grave ou quando a vítima é menor de 18 anos e maior de 14 anos, a pena passa a ser de reclusão de 8 a 12 anos. Caso o estupro resulte em morte, a pena é agravada para reclusão de 12 a 30 anos.

A violência sexual pode ocorrer em diversos contextos, incluindo o transporte público, onde algumas práticas abusivas são frequentemente relatadas. Esses atos, embora por vezes considerados de menor gravidade em comparação ao estupro propriamente dito, configuram formas de violação da dignidade e do direito ao consentimento. Nesse contexto, percebe-se que:

Não é nenhuma novidade a prática de certos indivíduos, tendo em mira especialmente mulheres e em ambiente de transporte público, que se aproximam e tocam, friccionam seu corpo ou até mesmo, como em caso de grande repercussão midiática, ejaculam nas vítimas (Cabette, 2018, p. 6).

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm) . Acesso 03 nov. 2024

O referido autor aborda um problema conhecido em ambientes de transporte público, particularmente contra mulheres e descreve a prática de certos indivíduos que, intencionalmente, se aproximam das vítimas e realizam toques ou fricções indesejadas. Em alguns casos extremos, os agressores chegam até a ejacular nas vítimas. Este comportamento é uma forma de violência sexual que ocorre frequentemente em espaços públicos, destacando a necessidade de medidas de prevenção e punição para proteger as vítimas e combater esse tipo de crime. Apesar de ser considerada menos grave do que o estupro, a importunação sexual é também uma violação da integridade e da dignidade da pessoa.

Segundo a Lei nº 13.718/2018 no Art. 215-A, a importunação refere-se ao ato de “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave”. Exemplo comum de importunação sexual é o assédio em locais públicos, como transportes coletivos, situação recorrente que, antes da lei, era enquadrada em delitos mais leves ou não era punida de forma adequada. Em 2017, foi noticiado no Brasil um caso de assédio ocorrido na Avenida Paulista, em São Paulo, no qual um homem ejaculou em uma mulher dentro de um ônibus. Na figura a seguir, apresentamos a manchete do Portal G1 sobre o caso em questão.

Figura 3 – O caso da Avenida Paulista

## **Justiça manda soltar homem que assediou mulher em ônibus e tem 5 passagens por estupro**

Rapaz de 27 anos foi liberado em audiência de custódia nesta quarta-feira (30). Juiz não viu 'constrangimento tampouco violência' no caso e considerou crime de menor potencial ofensivo.

Por Lívia Machado . G1 — São Paulo

Fonte: G1<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-manda-soltar-homem-que-assediou-mulher-em-onibus-e-tem-5-passagens-por-estupro.ghtml>. Publicado em 30 de agosto de 2017. Acesso em 18 de novembro de 2024.

Conforme é apresentado no enunciado, apresentado na figura 3, o agressor, mesmo após ser detido, foi liberado pouco tempo depois, o que gerou indignação pública e levantou questionamentos sobre a efetividade da legislação vigente em relação a crimes sexuais. Esse caso evidenciou uma lacuna legal no tratamento de atos de assédio sexual em espaços públicos, uma vez que tais atos eram enquadrados como “importunação ofensiva ao pudor”, uma contravenção penal com punição leve. A repercussão desse episódio levou a sociedade a exigir mudanças mais rigorosas no Código Penal para proteger as vítimas e garantir que condutas como essas fossem tipificadas como crime.

A legislação brasileira distingue crimes sexuais, como o estupro e a importunação sexual, visando à proteção das vítimas e à punição adequada dos agressores. O estupro envolve atos de violência sexual com contato físico forçado, enquanto a importunação sexual abrange atos libidinosos sem consentimento, como o assédio em espaços públicos. Abaixo, há uma representação em que destaca as diferenças entre esses dois tipos de crimes:

Figura 4- Estupro x importunação sexual



Fonte: Uol<sup>7</sup>

A violência sexual é uma questão central nas discussões sobre gênero e direitos humanos, pois envolve a violação do direito ao consentimento e à autonomia

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/azmina/2023/11/16/e-estupro-ou-nao-31-dos-parlamentares-sao-contra-interpretacao-da-lei.htm>. Acesso: 04 out. 2024.

corporal. No Brasil, crimes como estupro e importunação sexual, embora distintos em suas características, compartilham o mesmo princípio, a invasão não consentida ao corpo de outra pessoa. O estupro é considerado um crime grave por envolver coerção e ameaça física direta, configurando-se como uma das formas mais severas de violência sexual. Por outro lado, a importunação sexual, introduzida pelo Art. 215-A do Código Penal pela Lei nº 13.718/2018, é caracterizada pela prática de atos libidinosos contra alguém sem seu consentimento, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros.

Para Barboza (2004), o estupro é caracterizado pelo ato de forçar alguém a realizar práticas sexuais sem consentimento, desejo ou vontade, utilizando-se de violência física, moral ou ameaças. Segundo o autor, o agressor utiliza esses meios para alcançar sua satisfação sexual, manifestando, em muitos casos, sentimentos de poder, vingança e dominação sobre a vítima. Essa visão evidencia que o estupro não é apenas uma violência física, mas também uma forma de abuso psicológico e emocional, em que o agressor busca impor seu controle e exercer domínio sobre a vítima. Portanto, o estupro não se resume ao ato sexual forçado, mas é uma expressão de abuso de poder.

Sob essa perspectiva, é relevante destacar novas abordagens que possam auxiliar no combate à violência sexual. Diante disso, no ciberfeminismo, a tecnologia e a internet são ferramentas essenciais que pode promover a divulgação dos direitos das mulheres, aspecto abordado a seguir.

### **2.3 O ciberfeminismo no combate à violência sexual**

O ciberfeminismo emerge como uma vertente do feminismo que explora as interseções entre gênero e tecnologia. Segundo Lemos (2009), o ciberfeminismo surgiu na década de 1990 e ganhou força com as primeiras discussões sobre a internet e suas implicações para a sociedade, destacando o potencial da rede para desafiar estruturas de poder, promover a igualdade de gênero e criar formas de articulação política. O ciberfeminismo é entendido como um conjunto de práticas e teorias que investigam a relação entre gênero, tecnologia e cultura digital, explorando como o ciberespaço pode tanto perpetuar quanto desafiar desigualdades de gênero. Para Lemos (2009, p.7), “as novas tecnologias de comunicação possibilitam um redimensionamento dos modos de organização de inúmeros

movimentos sociais como, por exemplo, o feminismo, que nesse contexto é atualizado por uma nova prática denominada Ciberfeminismo”.

Lemos (2009) reflete sobre a maneira como a tecnologia transforma a dinâmica dos movimentos sociais, em especial o feminismo. A autora destaca que as tecnologias de comunicação são apresentadas como catalisadoras de mudanças significativas na organização e atuação de movimentos sociais. O advento e a popularização dessas tecnologias, particularmente a internet e as redes eletrônicas, permitem a construção de novas formas de ação coletiva.

Nesse sentido, o feminismo se adapta a esse novo contexto e incorpora as ferramentas digitais, o que resulta na criação de uma prática específica, o ciberfeminismo. Além disso, Lemos (2009) destaca que com o ciberespaço há um redimensionamento do movimento feminista, uma vez que ocorre uma modificação na maneira como as feministas se organizam e interagem. Essa nova configuração implica tanto uma mudança na forma de mobilização quanto na disseminação de discursos e na criação de espaços de discussão e ação política. Lemos (2009, p.12) destaca que:

O termo Ciberfeminismo possui origens diferentes, características fragmentadas e a apropriação de redes eletrônicas, tornando possível, assim, a sua organização de forma reticular. Uma das razões para tal fenômeno está além do fato da própria pulverização do movimento em inúmeras redes eletrônicas em diferentes partes do mundo, mas mais pelas diferentes práticas culturais do que vem a ser o feminismo e sua relação com as tecnologias de comunicação (Lemos, 2009, p.12).

A ideia central é que o ciberfeminismo não é um movimento uniforme, mas sim uma prática multifacetada que se apropriou das redes eletrônicas e digitais para se organizar de forma descentralizada. Desse modo, a noção de "organização reticular" refere-se à maneira como o ciberfeminismo se distribui e se conecta globalmente por meio de diferentes redes eletrônicas, como a internet, sem depender de uma hierarquia ou centro definido. Essa estrutura fragmentada e descentralizada permite que o movimento seja flexível e adaptável a diferentes contextos culturais e locais. As redes eletrônicas fornecem a base tecnológica que possibilita essa organização, facilitando a troca de ideias e experiências entre grupos feministas ao redor do mundo. Outro ponto importante levantado por Lemos (2009) é que a diversidade desse movimento também se deve às diferentes práticas

culturais que moldam a relação entre o feminismo e as tecnologias de comunicação. Em vez de uma única visão ou abordagem do que o feminismo deve ser no contexto digital, se adapta às particularidades culturais, resultando em uma multiplicidade de perspectivas sobre gênero, tecnologia e poder.

O ciberespaço oferece um ambiente no qual as relações de gênero podem ser ressignificadas e as mulheres podem criar redes de apoio, compartilhar conhecimentos e organizar ações coletivas. Risério (2019, p.56) afirma que “o ciberespaço reflete as pessoas, seus padrões, suas dádivas, criatividade, desvios e anseios”. O ciberespaço pode ser entendido como um reflexo das características e peculiaridades dos indivíduos que nele interagem, demonstrando que o ambiente virtual não é um espaço neutro, mas sim um local de manifestação da diversidade humana. Nesse sentido, o ciberespaço unifica povos e culturas, transpondo barreiras de espaço e tempo, permitindo a comunicação entre diferentes realidades.

O desenvolvimento da internet e das tecnologias digitais criou um ambiente virtual no qual interações e informações circulam de maneira rápida e dinâmica. Esse ambiente, conhecido como ciberespaço, transformou as formas de comunicação e interação humana, estabelecendo uma nova realidade cultural e social. Nesse sentido, o ciberespaço pode ser compreendido como:

O novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Risério, 2019, p.57).

Conforme aponta a referida autora, o ciberespaço constitui um meio de comunicação, oriundo da interconexão mundial entre computadores. Esse termo vai além de descrever apenas a infraestrutura tecnológica necessária para a conexão digital, engloba também o conteúdo informacional que é transmitido, armazenado e compartilhado nesse ambiente virtual. Conforme Risério (2015), o ciberespaço é como um “oceânico de informações”, abrangendo o universo digital em que os seres humanos navegam, consomem e criam conteúdos. Desse modo, o ciberespaço não se limita a ser um mero espaço tecnológico, mas configura um ambiente cultural e social, onde as interações humanas se desdobram e transformam.

O ciberespaço, caracterizado pela cibercultura, revela-se um campo dinâmico e em constante expansão, alimentado pelas atividades e interesses dos usuários

que participam dessa rede. A cibercultura, portanto, emerge como um novo paradigma cultural, em que a troca de informações em tempo real redefine os padrões de comunicação e interação na sociedade contemporânea. Lévy (1998, p.104) ressalta que o ciberespaço se refere ao “universo das redes digitais como lugar de encontros e de aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural”. O ciberespaço é descrito como o "universo das redes digitais", um ambiente virtual onde ocorrem diversos tipos de interações e experiências.

Lévy (1998) aponta que o ciberespaço também é um terreno de conflitos mundiais, referindo-se ao fato de que disputas políticas, econômicas e culturais ocorrem dentro desse ambiente virtual. O referido autor descreve o ciberespaço como uma nova fronteira econômica e cultural, ressaltando sua importância no desenvolvimento da economia digital e na globalização da cultura, onde circulam ideias, produtos, conteúdos culturais, moldando a maneira como as pessoas se conectam e interagem com o mundo ao seu redor. Desse modo, esse espaço é relevante para dar visibilidade às questões de gênero.

O ciberfeminismo, ao se conectar com as denúncias feitas por mulheres nos espaços digitais, emerge como uma das vertentes mais relevantes do feminismo atual. Diante disso, apresentamos a seguir uma imagem como uma representação simbólica de como o ciberfeminismo se manifesta: mulheres ocupando o espaço digital, articulando-se em rede e transformando as dinâmicas de poder presentes tanto no mundo físico quanto no virtual.

Figura 1- Ciberfeminismo e a apropriação da internet



Fonte: SBC Horizontes <sup>8</sup>

A imagem, apresentada na figura 4, trata de três mulheres sentadas de costas diante de computadores, representando a presença feminina no ciberespaço e a forma como as mulheres utilizam a tecnologia. Em primeiro lugar, a imagem simboliza o uso do ciberespaço como um território de atuação feminina, onde as mulheres não apenas consomem tecnologia, mas também a produzem e a transformam em uma ferramenta de poder. As mulheres retratadas parecem confortáveis em frente aos computadores, reforçando a ideia de que o ciberfeminismo busca desconstruir a noção de que a tecnologia e o ambiente digital são espaços predominantemente masculinos.

Ademais, o fato de estarem todas conectadas em seus dispositivos evoca o conceito de rede e de sororidade digital, que é central ao ciberfeminismo. A conexão entre essas mulheres, mesmo que implícita, sugere a formação de redes de apoio, colaboração e compartilhamento de experiências no ambiente digital, práticas fundamentais no ativismo feminista online. Outro elemento relevante é a diversidade de estilos visuais entre as mulheres, o que pode apontar para o caráter inclusivo, que acolhe diferentes identidades e experiências femininas, unidas por uma luta comum contra as estruturas de opressão. Essa diversidade reflete a pluralidade de vozes femininas que se expressam no ciberespaço.

Por fim, a presença de pôsteres e objetos ao redor delas, como a folha com o título “*mulheres sensuais*” na parede, pode ser interpretada como uma crítica ou a

<sup>8</sup> Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2021/06/ciberfeminismos-e-expressoes-contemporaneas-pluralidade-de-vozes-e-ativismos/>. Publicado em 18 de jan. de 2018. Acesso: 04 out. 2024.

desconstrução da forma como os corpos e a sexualidade feminina são representados na mídia digital. O ciberfeminismo desafia justamente essa objetificação, ao mesmo tempo em que propõe novos espaços para que as mulheres possam definir e expressar a sua própria representação. Nesse cenário, percebe-se uma convergência entre a luta por igualdade de gênero e o uso das novas tecnologias como ferramentas estratégicas para expor e combater opressões estruturais. O ciberespaço é, portanto, um território de disputas, onde as relações de poder na sociedade se manifestam. “É um espaço propício no qual criamos modos de nos relacionar, apontando para discursos, subjetividades e corporalidades próprios” (Natansohn, 2021, p.20).

Com o surgimento da internet e das redes sociais, a forma como as mulheres denunciam e enfrentam a violência de gênero foi transformada. As plataformas digitais se tornaram essenciais para trazer à tona diferentes tipos de abuso, como o assédio sexual, a violência doméstica e a discriminação no trabalho. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que, ao usarem o ciberespaço para expressar suas demandas e resistir às opressões, as mulheres também enfrentam novas formas de violência adaptadas ao contexto digital, como o assédio, o estupro virtual e a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo. Tais crimes são exemplos de agressões que, apesar de ocorrerem em uma esfera diferente da física, têm efeitos igualmente devastadores para as vítimas.

Nessa perspectiva, o ciberfeminismo não apenas denuncia essas práticas, mas também trabalha para transformar as estruturas digitais que as sustentam. O movimento defende a criação de redes de apoio online, onde as mulheres possam compartilhar suas vivências de maneira segura e receber suporte. Além disso, o movimento pressiona por mudanças legislativas e institucionais, exigindo que as plataformas digitais sejam responsabilizadas pela proteção de suas usuárias e pela criação de mecanismos eficazes para combater o assédio e a violência de gênero no ambiente virtual.

O ciberfeminismo, ao promover o uso das tecnologias digitais para amplificar as vozes femininas e combater a opressão, pode contribuir para a denúncia de crimes sexuais. Nesse sentido, no documentário *Se Você Contar*, as vítimas de abuso infantil têm a oportunidade de quebrar o silêncio e revelar suas histórias, desafiando o estigma e a invisibilidade que cercam esta violência, aspecto analisado no próximo capítulo.

### **3 QUEBRANDO O SILÊNCIO: CONFISSÕES DE ABUSO SEXUAL INFANTIL NO DOCUMENTÁRIO *SE VOCÊ CONTAR***

Nos capítulos anteriores, abordamos a violência sexual infantil e as dinâmicas de poder envolvidas no silenciamento das vítimas, com foco na importância da confissão como prática discursiva. Diante do exposto, definimos as seguintes regularidades discursivas para a análise: i) “Se você falar, eu mato você e quem mais souber”: as dinâmicas de poder nos discursos das sobreviventes; ii) O silenciamento e a busca por justiça; iii) Modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil. Nas regularidades selecionadas, analisamos: (14) quatorze sequências enunciativas mencionadas por Dacilane Sousa, Mariana, Caroline e Débora Cristine apresentadas no vídeo “Se você contar –documentário sobre abuso sexual infantil”.

#### **3.1 “Se você falar, eu mato você e quem mais souber”: as dinâmicas de poder nos discursos das sobreviventes**

As dinâmicas de poder referem-se a um conjunto de estratégias e mecanismos de controle que um sujeito utiliza para influenciar e submeter o outro a determinados atos, estabelecendo uma relação de dominação e obediência. Essas dinâmicas incluem práticas como ameaças, manipulação emocional, imposição de autoridade, isolamento, voltadas a manter a pessoa em um estado de dependência e fragilidade. A ameaça atua diretamente no campo psicológico, impondo medo, causando insegurança, o que reduz a autonomia do outro e o inibe de agir ou expressar-se livremente. Essas dinâmicas de poder referem-se a mecanismos de controle e influência que o abusador utiliza para manter a vítima em um estado de submissão e silêncio.

No contexto do abuso sexual infantil, essas dinâmicas geralmente incluem ameaças diretas, nas quais o agressor impõe medo por meio de ameaças explícitas. Esse tipo de ameaça é usado para intimidar a vítima, garantindo que ela permaneça calada. Além disso, o abusador usa a estratégia de manipulação emocional, o que pode fazer a vítima acreditar que a violência é culpa dela, gerando sentimentos de vergonha e culpa. Vale ressaltar que os abusadores, muitas vezes, são figuras de autoridade ou familiares próximos e se utilizam da posição que ocupam para se

impor, fazendo a vítima sentir que não tem escolha ou não será acreditada, caso fale. Essas dinâmicas de poder mantêm a vítima em silêncio, aumentando o controle do abusador e perpetuando o ciclo de violência. Assim, a vítima se vê presa pelo medo, dependência e dúvida, o que torna a ruptura desse silêncio um processo doloroso e desafiador.

Segundo Foucault (2015, p. 110), “o silêncio e o segredo dão guarida ao poder”, ou seja, o poder não é apenas exercido de forma visível e explícita, também se manifesta e se mantém por meio do silêncio e do segredo. Isso significa que no abuso sexual o silêncio das mulheres e o segredo imposto sobre o ocorrido protegem e fortalecem o poder do abusador. Além de servir como um mecanismo de controle, o segredo cria uma barreira que impede a ruptura do ciclo de violência, perpetuando a dominação e dificultando que essas mulheres busquem ajuda ou justiça. Assim, o abusador utiliza o poder de manipular para prolongar o abuso, ilustrando a dinâmica da opressão. Vejamos a sequência enunciativa apresentada a seguir:

Acontecia sempre no banheiro (...) em uma das vezes acordava tomando banho, ele entrou novamente, tampou a minha boca e eu estava demorando muito. Minha avó percebeu, pensou que tinha acontecido algo e veio atrás. Foi quando eu gritei e ele falou no meu ouvido: ninguém vai acreditar em você, **se você falar, eu mato você e quem mais souber** (Dacilane Sousa, 2022, grifos nossos).

Ao compartilhar sua história em “*Se você contar*”- filme documentário sobre abuso sexual infantil”, a sobrevivente Dacilane Sousa revela ter sido abusada pelo pai dos seus irmãos e ter sido silenciada por ameaças feitas pelo abusador, pois ele dizia matar todos que a mulher tinha vínculo. O abuso sexual é marcado não apenas pela violência física e psicológica, mas também pelo controle exercido através do silêncio e do segredo. Conforme Foucault (2015), o poder se manifesta não apenas de forma explícita, mas também se sustenta por meio de mecanismos sutis, como o silêncio imposto e o segredo mantido. Esses elementos fortalecem o poder do abusador, criando barreiras que dificultam a busca por justiça. O caso da sobrevivente Dacilane ilustra como esse silêncio imposto pelo abusador atua como uma ferramenta de opressão e perpetuação do ciclo de violência.

Quando a sujeita é ameaçada de morte e intimidada a não contar o que aconteceu, percebe-se que o abusador utiliza do medo e da ameaça para manter o controle, impedindo-a de buscar ajuda. A confissão da sobrevivente oferece um

exemplo concreto de como o abuso sexual não se limita ao ato em si, mas se estende por meio de ameaças e do controle psicológico. Quando Dacilane Sousa relata que o abusador disse “ninguém vai acreditar em você, se você falar, eu mato você e quem mais souber”, percebe-se que essa intimidação visa deslegitimar a voz da mulher, fazendo-a acreditar que seu relato não terá credibilidade e reforçando o isolamento. Ao manipular a percepção da vítima sobre sua capacidade de ser ouvida e protegida, o abusador não exerce apenas controle sobre o presente, mas prolonga a violência, fazendo parecer um caso perdido.

Para compreender sobre o poder nas relações sociais, é fundamental considerar que “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (Foucault, 2010, p.175). De acordo com o autor, o poder não deve ser visto como uma propriedade que alguém possui, mas algo que circula continuamente nas relações sociais. O poder está presente em interações cotidianas e não apenas em estruturas institucionais ou hierárquicas. O poder se manifesta através de práticas, de comportamentos e de discursos, evidenciando que é dinâmico e contextual.

A ideia de que o poder é uma relação de força implica que não é apenas uma questão de dominação ou controle, mas envolve resistência e contestação. O poder é, portanto, multidimensional e permeia todas as esferas da vida social, desde a política e a economia até as relações pessoais. Essa visão desafia a noção de que o poder é exercido apenas por aqueles em posições de autoridade. Observemos as seqüências enunciativas apresentadas por Dacilane Sousa, que, diante do abuso, sentia temor em relatar os acontecimentos e em se distanciar de sua família, sendo forçada, em diversas ocasiões, a suportar repetidamente esse ciclo de violência:

**Ninguém vai acreditar em você**, sua vó gosta de mim, me admira muito. Se você fizer isso, eu mato a sua mãe, porque ela já não é nada mesmo, mas eu mato ela, mato você e se você falar, isso vai continuar. Eu vou te levar para outro lugar e você não vai ver nunca mais ninguém. Mesmo sendo muito nova, você entende um carinho de uma mãe né? De quem está mais perto de você (Dacilane Sousa, 2022, grifos nossos).

[...] **Ele é uma imagem que simplesmente deletei da minha memória, uma pessoa que nunca existiu.** É duro da minha parte falar, mas **quando eu fiquei sabendo que ele morreu, eu não conseguia nem ficar triste pelos meus irmãos. Eu não consegui esboçar nenhum sentimento de piedade e para mim isso é era algo que deveria ter acontecido a muito**

**tempo e naquele momento era como se fosse um alívio.** Saber da morte dele era como se eu tivesse a sensação de que todas as barreiras caíram ali. **As barreiras do medo, do nojo, das ameaças caíram ali, porque eu temia sempre o viver dele** (Dacilane Sousa, 2022, grifos nossos).

[...] Então pra mim, se eu tivesse visto ele antes, eu não conseguiria esboçar nenhum sentimento de piedade, perdão, de nada (Dacilane Sousa, 2022).

Nos enunciados ditos por Dacilane Sousa, percebemos as táticas de manipulação e controle empregadas pelo agressor sexual, que contribuem para o seu silenciamento e dominação. Vale destacar elementos presentes em seu relato nos quais o agressor tenta fazê-la duvidar de sua própria capacidade de ser ouvida e de sua credibilidade. Além disso, o abusador faz uso da coerção e da manipulação emocional para controlar a vítima. No depoimento de Dacilane Sousa, o agressor se apresenta como alguém respeitado e admirado pela família, mencionando, por exemplo: *“sua vó gosta de mim, me admira muito”*. Além disso, o agressor distorce o conceito de carinho e proximidade para justificar o abuso, ao afirmar: *“mesmo sendo nova, você entende um carinho de uma mãe, né?”*. Nota-se que o padrasto utiliza esse enunciado para ameaçar a vítima, colocando medo e submissão, mostrando que ele tem o poder sobre a situação.

Na análise do relato de Dacilane Sousa, evidencia-se tanto o sofrimento quanto a resistência que ela desenvolveu diante do abuso sexual sofrido. Ao mencionar que *“ele é uma imagem que simplesmente deletei da minha memória”*, Dacilane utiliza uma estratégia de autoproteção e sobrevivência, buscando esquecer o trauma do abuso e apagar a figura do agressor de sua memória. Esse ato simboliza também uma tentativa de eliminar, mesmo que simbolicamente, o poder que o abusador exercia sobre ela, recusando-se a permitir que continue a influenciar sua vida. A ausência de qualquer sentimento de piedade após a morte do padrasto revela a profundidade do trauma e uma sensação de alívio ao saber que o ciclo de abuso terminou. Isso reforça o impacto psicológico que a relação de abuso causou, culminando em um sentimento de liberdade após a morte do agressor.

É possível relacionar essa dinâmica de poder com as reflexões de Foucault (2021, p.175) ao destacar que *“o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”*. No abuso sexual, o poder do agressor sobre Dacilane não se limitava a um controle

físico, se manifestava em ações contínuas de coerção e manipulação emocional, estabelecendo uma relação de dominação e violência. A partir dessa perspectiva foucaultiana, entende-se que o poder do padrasto era exercido de forma ativa e constante, através de um conjunto de ações destinadas a silenciar e dominar. No entanto, ao buscar apagar o agressor de sua memória, Dacilane também redefine essa relação de poder, negando a autoridade e o domínio que ele mantinha sobre suas emoções e sua mente.

Esse ato de resistência indica uma forma de rompimento com a relação de força imposta, revelando sua resiliência e a reconstrução de sua própria autonomia. Vale enfatizar que Foucault (2012, p. 261) afirma que “há casos em que a libertação e a luta pela libertação são de fato indispensáveis para a prática de liberdade”. A prática de liberdade, segundo o autor, exige ações conscientes e transformadoras para superar estruturas de poder que restringem a autonomia dos indivíduos. Nesse sentido, a "libertação" se refere ao ato de desfazer amarras, enquanto a "luta pela libertação" envolve um engajamento direto contra essas restrições. Isso implica que a liberdade não é concedida, mas conquistada e mantida através de um esforço contínuo, adaptando-se aos desafios específicos impostos por diferentes formas de poder. A prática de liberdade torna-se, então, um exercício constante de resistência e transformação pessoal e coletiva.

A análise das dinâmicas de poder nos discursos das sobreviventes de violência sexual infantil evidencia como o medo, as ameaças e a manipulação emocional servem como ferramentas de controle para manter o silêncio e reforçar o domínio do agressor. Essas estratégias de silenciamento não apenas perpetuam o ciclo de violência, mas também impõem barreiras significativas à busca por justiça. A compreensão do silenciamento, nesse contexto, é crucial para identificar os desafios enfrentados pelas vítimas ao tentar romper esse ciclo e reivindicar seus direitos, tema que será explorado no próximo tópico.

### 3.2 O silenciamento e a busca por justiça

O silenciamento desempenha um papel central nas relações de poder e na manutenção de estruturas de dominação em várias esferas da sociedade. Ao impor limites ao que pode ser dito, o silenciamento impede que certas verdades venham à tona. Esse mecanismo opera de modo a inibir a expressão de ideias, experiências e perspectivas que poderiam desafiar a situação atual, criando um bloqueio sutil, mas influente, contra a transformação social. Na busca por justiça, o silenciamento é um dos principais obstáculos, pois enfraquece as vozes que buscam expor injustiças, reivindicar direitos ou contestar práticas opressivas.

Quando grupos ou indivíduos são impedidos de se manifestar ou têm seus discursos deslegitimados, suas demandas perdem força e visibilidade. Em muitas situações, o silenciamento é imposto através de normas culturais, pressões sociais ou até mesmo repressões institucionais, desestimulando qualquer tentativa de expor as desigualdades e até mesmo para denúncia de crimes. Nesse contexto, a busca por justiça implica a quebra desse silêncio e é, portanto, um ato de resistência, que só pode ser plenamente alcançado quando há espaço para que todos os envolvidos expressem suas verdades, sejam ouvidos e tenham suas reivindicações analisadas com seriedade. Ao analisar os relatos de mulheres que vivenciaram a violência sexual, especialmente no caso daquelas que foram agredidas dentro do ambiente familiar, observa-se que os agressores adotam táticas para se aproximar das vítimas, cometer os abusos e, posteriormente, impor um silêncio, que lhes garante proteção e contribui para a continuidade dos atos violentos.

O medo é um dos principais fatores que levam as sobreviventes a permanecerem em silêncio. Esse sentimento pode ser direcionado tanto ao agressor quanto às possíveis consequências da denúncia. Além disso, o receio de não ser acreditada ou de ser julgada pela sociedade também contribui para o desejo de manter o segredo. O medo da rejeição ou da falta de apoio pode fazer com que a vítima sinta que não há uma saída viável, o que reforça o silenciamento. Para Foucault (2015, p. 31), “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos”. Dessa forma, para alcançarem seus objetivos, os abusadores, frequentemente, recorrem à chantagem e às ameaças, utilizando esses recursos como formas de manipulação e controle. Essas práticas visam intimidar as vítimas, garantindo o silêncio delas e

dificultando qualquer tentativa de denúncia, o que facilita a perpetuação do abuso e a manutenção do poder sobre elas. A sobrevivente Mariana, ao descrever sua experiência, exemplifica esse impacto ao afirmar que:

[...] Depois ele repetia isso, ele entrava no meu quarto de noite e **falava para não falar para minha mãe e pensar na minha família**. Falava que não era para eu gritar, por algumas vezes perguntava se eu sabia o que estava acontecendo e eu não sabia. E aconteceu isso durante 7 anos da minha vida (Mariana, 2022, grifos nossos).

O depoimento de Mariana revela as estratégias de manipulação e intimidação utilizadas pelo abusador para garantir seu silêncio. Ao invadir o espaço privado de Mariana, seu quarto, ele não apenas violava sua integridade física, mas também instaurava um ciclo de medo e confusão, exigindo que a sobrevivente se calasse e pensasse na família. Essas chantagens emocionais projetam sobre a vítima uma responsabilidade que não é dela, o que reforça a culpa e a obrigação de proteger os outros, mesmo ao custo de seu próprio bem-estar.

Ao longo dos sete anos que descreve, Mariana era ainda uma criança, o que se reflete em sua afirmação: “*eu não sabia o que estava acontecendo*”. Essa confusão ilustra o impacto psicológico que o abuso prolongado exerce, especialmente quando o abusador é uma figura próxima e autoritária. A repetição do abuso e das ameaças visava desorientá-la, dificultando seu entendimento do que estava ocorrendo e impedindo que ela percebesse a gravidade da situação. Ao impor a regra de não gritar e, ao mesmo tempo, questioná-la se entendia o que estava acontecendo, o abusador cria um certo poder, pois o controle do discurso e do silêncio está em suas mãos. Enquanto isso, a vítima permanece em estado de submissão e vulnerabilidade. Desse modo, muitas mulheres que vivenciam abusos escolhem não denunciar por não encontrarem o apoio ou acolhimento necessário. Em alguns casos, sentem que suas vozes não farão diferença, pois “*muitas pessoas passam por esse tipo de coisa diariamente e nada acontece*” (Mariana, 2022).

É importante ressaltar que a vergonha também pode se transformar em um obstáculo psicológico, criando uma sensação de isolamento, como se a vítima fosse a única responsável pela situação. Segundo Foucault (2018, p. 131), “a vergonha de confessar é sempre sinal da natureza ruim daquilo que se confessa”. Dessa forma, a vítima se sente tomada pela vergonha e pelo medo de ser responsabilizada pela

invasão de sua privacidade, o que a impede de revelar que sofreu um crime em seu corpo. Além disso, as mulheres que passaram por abuso sexual, ao compartilharem a verdade sobre sua experiência, colocam em risco sua própria segurança, podendo enfrentar julgamentos e condenações. Observemos o relato de Dacilane Sousa, que diante do abuso se sentia culpada e expressa sentir vergonha pelo ocorrido:

[...] Naquela época era uma vergonha imensa, porque **eu me sentia culpada por aquilo, como se eu tivesse sido a responsável, despertado isso nele, isso me envergonhava muito** (Dacilane Sousa, 2022, grifos nossos).

Percebe-se no discurso de Dacilane Sousa um sentimento de culpa e de que de alguma forma foi responsável pelo abuso sofrido, como se tivesse contribuído para despertar o desejo do abusador, o que evidencia uma culpabilização da sobrevivente. A vergonha e o medo de ser mal interpretada ou culpabilizada permeiam o relato da sobrevivente. Ela temia que sua experiência pudesse ser distorcida ou que fosse julgada de forma negativa pela sociedade, como se o abuso que sofreu fosse de sua própria responsabilidade. Esse receio reforça a escolha de muitas vítimas pelo silêncio, pois o medo da reação dos outros e da falta de acolhimento impede que muitas mulheres busquem ajuda e se libertem do peso do trauma.

Nos casos de violência sexual, ainda que a mulher seja a vítima, persiste uma imposição social que a responsabiliza, sugerindo que, de alguma forma, a culpa lhe pertence. Mesmo quando a vítima não se identifica prevalece no imaginário coletivo a suspeita de uma possível culpa indireta. Essa suspeita acaba sendo rapidamente convertida em uma responsabilização automática da mulher que sofreu a agressão. Além disso, muitas mulheres são abusadas e escolhem não denunciar por não ter um acolhimento e suporte. Neste contexto, surge outra questão importante relacionada à dificuldade que as mulheres enfrentam ao tentar registrar a denúncia da violência sexual. Isso ocorre, em parte, porque muitas não reconhecem o crime que sofreram ou devido ao receio do julgamento social.

Além disso, há o fato de que as autoridades responsáveis, muitas vezes, não são adequadamente preparadas para lidar com esses casos de maneira a evitar os mesmos preconceitos presentes na sociedade e o desrespeito à situação da vítima. Vejamos outro depoimento, no qual a sobrevivente Coraline também expressa o

peso da culpa que carregava pelo abuso que sofreu na infância, pelo seu próprio irmão. Ela revela como essa culpa afetou seu entendimento da situação, levando-a a questionar se de alguma forma poderia ter evitado o ocorrido:

[...] **Interfere na culpa**, porque já é difícil alguém realmente tratar como se você tivesse sido abusada. (...) quando você pensa que alguém vai te acolher de alguma forma, te escutar, compreender, na verdade é sempre querendo ou não, **há um julgamento** (Caroline, 2022, grifos nossos).

[...] acho que a culpa de você não se identificar enquanto vítima e sim como culpada vem muito por aí. **Que a sociedade tende a culpar**, então antes de você falar, já pensa "como você é culpada, melhor não falar", melhor tentar resolver por mim mesma (Caroline, 2022, grifos nossos).

[...] **Ninguém quer escutar que alguém foi abusado sexualmente quando era criança**, as pessoas não querem ouvir. Porque é algo ruim, e você acaba guardando pra você, para não sofrer julgamento e não fazer as outras pessoas sofrerem também (Caroline, 2022, grifos nossos).

Os enunciados apresentados por Coraline mostram como o sentimento de culpa e a falta de acolhimento podem impactar no silenciamento do crime. Desde criança, Coraline carrega a sensação de responsabilidade pelo abuso sofrido, questionando se poderia ter feito algo para evitá-lo. Essa culpa não é somente pela consequência do abuso, como também é reforçada pela resposta social, em vez de serem vistas como vítimas, muitas mulheres acabam pensando que são culpadas, refletindo o peso da desconfiança e da crítica que enfrentam ao tentar falar sobre o abuso. Isso leva muitas delas a preferirem lidar sozinhas com a experiência, sem o apoio necessário. Coraline também menciona como a sociedade é resistente para ouvir relatos de abuso infantil, expressando que "*ninguém quer escutar que alguém foi abusado sexualmente quando era criança*".

Essa falta de acolhimento cria um ambiente de silêncio, no qual Carolina guarda para si a experiência, tanto para evitar julgamentos quanto para não causar desconforto aos outros. Assim, a sobrevivente se sente responsável não só pelo abuso, mas pelo impacto que seu relato pode ter sobre os outros, o que torna ainda mais difícil falar sobre a violência sexual, principalmente por ter sido com um parente familiar. Esse relato revela como o peso da culpa, a ausência de apoio e o medo da reação social contribuem para o silenciamento das vítimas. Em vez de encontrarem acolhimento, muitas enfrentam barreiras que as fazem questionar sua experiência e evitarem compartilhar suas histórias, dificultando a busca por ajuda. Com base na

análise realizada nesta seção, apresentamos a seguir, os modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil.

### **3.3 Modos de objetivação e subjetivação das sobreviventes de abuso sexual infantil**

Na visão de Foucault (2004, p.236) “os processos de subjetivação e de objetivação fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento”. Ou seja, a subjetivação e a objetivação são interdependentes e estão constantemente em jogo na formação do sujeito. Para o referido autor, a subjetivação refere-se ao processo pelo qual um indivíduo se constitui como sujeito, desenvolvendo identidades, desejos, emoções e valores que o caracterizam como um ser único. É o processo de internalização das normas, valores e práticas sociais que moldam a subjetividade de uma pessoa. Por outro lado, a objetivação relaciona-se ao processo pelo qual um indivíduo é transformado em objeto de conhecimento, em algo que pode ser estudado, analisado e compreendido. É o processo pelo qual o sujeito é categorizado, classificado e objetivado por meio de discursos e práticas sociais.

Foucault (2004) aborda que os processos de subjetivação e objetivação são entrelaçados e se influenciam mutuamente. À medida que um indivíduo se torna sujeito, ele também se torna objeto de conhecimento, de análises, de categorizações e controle social. Esses processos são fundamentais para entender como o poder e o conhecimento se entrelaçam na sociedade. No documentário “*Se você contar*”, a questão da violência sexual infantil está ligada aos processos de subjetivação e objetivação, abordando os impactos dessa violência sobre as sobreviventes, bem como a dificuldade de revelar e denunciar esses abusos. Vejamos as sequências enunciativas de Débora Cristine que sofreu abuso na infância:

[...] **Eu contei para minha mãe, só que ela não acreditou.** Achou que eu tinha apanhado, que era permissivo. O castigo físico, porque eu merecia, sempre fui muito moleca também, então ela achou que fosse só por isso (Débora Cristine, 2022, grifos nossos).

[...] Eu tenho vontade de agredir ele, primeiro socar a mão na cara e falar “olha aqui, hoje eu sei, hoje eu tenho consciência”. **É por isso que eu atuo, que eu milito, que está dentro de mim.** (...) criança nenhuma merece,

roubaram a minha experiência sexual, própria natural. Tem flash, algumas lembranças quando paro para pensar quantas vezes isso rolou (Débora Cristine, 2022, grifos nossos).

**Eu perdi a infância, é perder a descoberta das coisas, a descoberta da vida sexual.** O fazer por prazer, por descobrir isso na infância, na adolescência, é um processo natural nosso, de tocar o coleguinha, não importa, é um processo natural. Quando um adulto faz isso, ele rouba a infância. Durante muitos anos de não sentir prazer, de ter lembranças quando tá tendo um momento que acha que tá mágico, que está lindo e de repente, uma lembrança ruim da infância ou toca no lugar que você já sentiu aquilo, uma dor. (...) isso acontece, tô com 41 anos, isso ainda acontece (Débora Cristine, 2022, grifos nossos).

A objetivação é visível no relato sobre o descrédito materno ao relato da sujeita de abuso, ao ser interpretado como simples castigo físico. Isso reflete como a sociedade, muitas vezes, deslegitima as falas das vítimas, perpetuando o silenciamento. Por outro lado, Débora demonstra subjetivação ao afirmar "*hoje eu sei, hoje eu tenho consciência. É por isso que eu atuo, que eu milito*". Aqui, ela ressignifica sua experiência, transformando a dor em resistência e engajamento, tornando-se agente ativa contra a violência sexual. O enunciado "*eu perdi a infância, é perder a descoberta das coisas*" ilustra como o abuso desloca processos naturais de desenvolvimento, introduzindo traumas que afetam a vida adulta. Débora também revela o impacto contínuo do abuso, com *flashbacks* que interferem em sua intimidade e prazer, reforçando como as marcas do trauma persistem.

Assim, os relatos de Débora evidenciam tanto as dinâmicas de poder que silenciam as vítimas quanto sua capacidade de ressignificar o sofrimento, transformando sua experiência em uma narrativa de resistência e conscientização social. Ao mesmo tempo, a objetivação das mulheres também ocorre, pois, elas são tratadas como objetos de abuso e violência, perdendo sua autonomia e dignidade. Dessa forma, a maneira como a sujeita e o agressor são tratados pela sociedade influencia a forma como se comportam e são percebidos durante ou após o crime de abuso sexual. Além disso, observa-se que o corpo da vítima é objetificado, visto que o homem a enxerga como um símbolo sexual para a satisfação de seus próprios desejos, detendo controle e explorando o corpo, negando a infância e a autonomia das sobreviventes. Observemos:

[...] Uma das vezes eu estava menstruada, menstruei com 9 anos, muito cedo. Eu lembro que ele falou pra mim já que estava menstruada, eu já estava pronta pra ter filhos, já estava virando mulher. **Então se estava**

**virando mulher é porque eu já estava pronta** (Débora Cristine, 2022, grifos nossos).

Nota-se no enunciado proferido por Débora Cristine um processo de objetificação, pois o seu corpo é tratado como algo pronto para a exploração sexual e para a reprodução. Ao afirmar que "*já estava menstruada, eu já estava pronta pra ter filhos, já estava virando mulher*", a sobrevivente relata como o agressor distorce a sua realidade, tratando a puberdade como um sinal de maturidade sexual, negando sua infância e autonomia. Essa visão impõe à criança uma ideia errônea de que após a primeira menstruação estaria apta para assumir papéis que envolvem sexualidade e maternidade, como se sua identidade estivesse atrelada apenas a esses papéis. O que é dito por Débora revela, portanto, a violência simbólica e física imposta pelo agressor, que desconsidera sua condição de infância e a submete a um conceito distorcido de sexualidade, moldado por uma lógica de controle e poder.

As sujeitas de abuso sexual são objetivadas e subjetivadas ao revelar suas experiências. O documentário por ser veiculado em um meio de elevado alcance, como o *Youtube*, pode quebrar o silêncio em torno desse tema e aumentar a conscientização sobre a realidade enfrentada pelas sobreviventes da violência sexual infantil. Diante dos medos e traumas resultantes da violência sexual, as sobreviventes vivenciam um processo intenso de transformação interna, que modifica profundamente sua personalidade e a forma como se percebem. Essas experiências traumáticas levam à construção de novas subjetividades, alterando a maneira como enxergam a si mesmas e seu lugar no mundo. Essa reconstrução, embora dolorosa, possibilita que enfrentem suas verdades e ressignifiquem sua identidade em meio às marcas deixadas pelo abuso. No documentário *Se você contar*, uma das sobreviventes de abuso, Dacilane Sousa, opta por narrar a sua história com o objetivo de inspirar e fortalecer outras sobreviventes de abuso sexual. Em suas palavras, ela afirma o porquê decidiu relatar sua experiência:

**[...] Para mostrar que a gente pode vencer essa etapa que passou e até porque não é apenas eu, mas que outras mulheres também viveram e ainda vivem nos dias de hoje.** Porque é importante lembrar e mostrar que é possível vencer e deixar esse trauma no passado (Dacilane Sousa, 2022, grifos nossos).

Dacilane Sousa compartilha sua experiência de superação da violência sexual, destacando a relevância de sua história tanto no âmbito individual quanto coletivo. O enunciado de Dacilane evidencia uma intersecção entre elementos objetivos e subjetivos ao abordar a violência sexual, uma temática que transcende o âmbito pessoal e que, por sua natureza, alcança uma dimensão social significativa. Inicialmente, ao dizer *que “outras mulheres também viveram e ainda vivem nos dias de hoje”*, Dacilane reconhece a violência sexual como uma problemática social persistente, o que constitui um aspecto objetivo do que é dito. Esse reconhecimento retira a experiência da esfera do individual, sublinhando-a como parte de uma realidade comum a muitas mulheres. O enunciado de Dacilane revela a preocupação em conscientizar a sociedade sobre a frequência e a gravidade desse tipo de violência, conferindo à narrativa um caráter concreto e coletivo. Com isso, a o referido enunciado torna-se um meio de responsabilizar a sociedade por uma mudança necessária e urgente, colocando o combate à violência sexual no espaço público.

Contudo, a subjetividade ocupa uma posição central no discurso de Dacilane, especialmente quando ela evoca sua própria trajetória de superação. Ao afirmar que é possível *“vencer essa etapa que passou”* e *“deixar esse trauma no passado”*, a sobrevivente utiliza sua experiência pessoal como ferramenta para construir uma narrativa de resistência. O enunciado aponta para o aspecto individual do enfrentamento, enfatizando que o processo de cura e superação é, antes de tudo, uma vivência íntima e particular. Ainda assim, ao compartilhar sua jornada, Dacilane transforma o trauma em uma força, promovendo uma mensagem de encorajamento e empoderamento que transcende a sua própria vivência. Esse discurso representa ainda uma quebra de silêncio significativa, tendo em vista que, historicamente, as vítimas de violência sexual têm sido silenciadas, muitas vezes, pelo estigma social e pela falta de acolhimento. Ao expor sua dor e compartilhar seu processo de cura, Dacilane reverte essa lógica, transformando sua história em um ato de resistência contra o silenciamento e a invisibilidade impostos pela sociedade. Tal ato adquire relevância social e política, desafiando as normativas de uma sociedade marcada pelo machismo e pela misoginia. Esse movimento de romper com o silêncio não é apenas pessoal, mas também tem um impacto coletivo ao mostrar para outras mulheres que a dor pode ser superada e que elas não estão sozinhas em suas jornadas.

Diante do exposto, constata-se que a confissão pública no documentário *Se você contar* pode ser considerada como uma ferramenta de denúncia e conscientização, que visa gerar rupturas e provocar reações em uma sociedade que, muitas vezes, banaliza ou ignora a violência sexual. Ao dar visibilidade a essas experiências, o documentário serve como meio de legitimar a dor das vítimas, evidenciando a relevância das experiências apresentadas em um espaço que, comumente, não as acolhe. Dessa forma, as sobreviventes, ao utilizarem plataformas como o *YouTube* para se posicionarem contra o abuso sexual infantil, não apenas compartilham suas histórias, mas também promovem um ato de ressignificação. Esse processo permite que a narrativa de violência seja transformada em um símbolo de força e resistência.

Por fim, observa-se que a confissão de Dacilane e de outras mulheres atua como um suporte emocional para outras vítimas. Ao externalizarem suas histórias, as sobreviventes procuram transmitir uma mensagem de acolhimento e solidariedade, fortalecendo um elo de apoio mútuo entre as mulheres. Esse tipo de engajamento público não tem o objetivo de produzir uma revolução, mas sim de inspirar outras mulheres a buscarem amparo, encorajamento e fortalecimento. Em suma, a confissão de Dacilane e das outras sobreviventes configura-se como um ato político e social, reafirmando a importância dos espaços digitais para que a dor e a superação dessas mulheres deixem de ser apenas uma experiência individual e passem a integrar uma narrativa coletiva de resistência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário *Se você contar* revela as dinâmicas de poder que envolvem o silenciamento e a resistência das vítimas. Os enunciados proferidos pelas mulheres entrevistadas mostram que a violência sexual não é apenas um ato isolado, mas está intrinsecamente ligada a um sistema de opressão que perpetua o silêncio e a invisibilidade das vítimas. A violência sexual, quando ocorrida no âmbito familiar, é ainda mais desafiadora de ser enfrentada devido ao vínculo entre agressor e vítima, somado ao peso das ameaças e manipulações emocionais que as prendem ao segredo. A confissão, nesse contexto, torna-se uma prática de resistência, um meio de desarticular o poder do abusador e de fortalecer a rede de apoio entre mulheres.

Em uma perspectiva foucaultiana entende-se que o poder se manifesta de forma difusa nas relações sociais, o que torna o silêncio das vítimas um mecanismo de manutenção desse poder. No entanto, a possibilidade de confessar em espaços públicos e digitais, como o *Youtube*, representa um ponto de ruptura nesse ciclo de dominação. Desse modo, esta pesquisa evidenciou, portanto, a importância de analisar os discursos das sobreviventes como parte essencial na compreensão das dinâmicas de poder e na luta por justiça social. Reconhecer e dar voz a essas narrativas contribui não só para o enfrentamento da violência sexual, mas também para a construção de uma sociedade mais sensível e consciente das necessidades de proteção e apoio às vítimas. Quebrar o silêncio torna-se, assim, um ato de libertação e um caminho para a superação do trauma, reforçando a importância de continuar a investigar e promover esses espaços de resistência.

Diante disso, fica claro que o combate à violência sexual infantil requer não apenas políticas públicas eficazes, mas também o apoio da sociedade na criação de espaços onde as vítimas possam ser ouvidas e acolhidas. A nossa pesquisa demonstrou, portanto, a importância de se analisar os discursos das sobreviventes como parte essencial na compreensão das dinâmicas de poder e na luta por justiça social. Reconhecer e dar voz a essas narrativas contribui não só para o enfrentamento da violência sexual, mas também para a construção de uma sociedade mais sensível e consciente das necessidades de proteção e apoio às vítimas. Quebrar o silêncio torna-se, assim, um ato de libertação e um caminho para a superação do trauma, reforçando a importância de continuar a investigar e

promover esses espaços de fala e resistência. A confissão, nesse contexto, torna-se uma prática de resistência, um meio de desarticular o poder do abusador e de fortalecer a rede de apoio entre mulheres.

Esta pesquisa buscou, por meio da análise dos discursos das sobreviventes de violência sexual infantil no documentário *Se você contar*, destacar a importância do rompimento do silêncio e da busca por justiça. Ao abordar as dinâmicas de poder, o silenciamento e as estratégias de resistência presentes nessas narrativas, pretendeu-se contribuir para uma compreensão mais profunda das práticas discursivas e suas implicações sociais. Espera-se que esta pesquisa possa estimular novas análises acadêmicas que aprofundem o debate sobre a violência sexual infantil.

## REFERÊNCIAS

- SOGGIA, Priscila. **A vergonha deve mudar de lado**. 18 de set de 2024. Instagram: @dra\_anapriscilasoggia. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DADk6QqOcet/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/DADk6QqOcet/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 19 de nov de 2024.
- ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso: a cultura do estupro no Brasil**. Rio de Janeiro: globo livros, 2020.
- ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. **Ela não mereceu ser estuprada: a cultura do estupro nos casos penais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- BARBOZA, Emmerly. **Estupro: Violência Sexual Contra a Mulher**. Monografia de Direito, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU), São Paulo, 2004. Orientador: Prof. Evanir Ferreira Castilho.
- BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.
- BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, Distrito Federal, 2009.
- BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. A explosão da violência sexual no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 154-161, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 17 de jun. 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 03 de nov. 2024.
- CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Primeiras impressões sobre o crime de importunação sexual e alterações da Lei 13.718/18**. Boletim Conteúdo Jurídico, 2018.
- FERNANDES, Roberta. **Se você contar- filme documentário sobre abuso sexual infantil**. Direção: Roberta Fernandes. Universidade Vila Velha, Espírito Santo: Andaluz filmes, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/QkiBGrZBrU?si=dI9psg28-ucaYoZs>.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade, política**. 3. ed. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 28. Reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2021.

FOUCAULT, Michel. Linguística e ciências sociais. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. 3. ed. Trad. Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: Ética, sexualidade e política, por Michel FOUCAULT, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo – curso em Louvain, 1981. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Trad. L. F. Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. São Paulo: PUC-SP, 2009.

Lévy, P. (1998). **A inteligência coletiva por uma antropologia do ciberespaço (L. P. Rouanet, Trad.)**. São Paulo: Loyola.

RISÉRIO, Mariana. **Meninas, mulheres e imagens virtuais: por entre violências, direitos e ciberfeminismos**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.